NÃO É FEITIÇARIA! É TECNOLOGIA! AFRICANOS E DESCENDENTES NA MINERAÇÃO DO MATO GROSSO SETECENTISTA

Mario Teixeira de Sá Junior
Universidade Federal da Grande Dourados
Doutor em História
profmariosa@gmail.com

"[...] a memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem".
Jacques LE GOFF

Resumo: Este artigo pretende participar da discussão sobre o lugar de africanos e descentes na História do Brasil através de uma incursão no processo de mineração ocorrido no Mato Grosso do século XVIII. Corroborar na tese de que mais que mãos de obra braçais os conhecimentos africanos participaram no processo de construção do Brasil através de suas tecnologias. Contribuir na percepção do papel desses atores sociais como sujeitos históricos que tiveram uma atuação bem mais efetiva da que lhes é atribuída. Para tal foi realizada uma análise documental produzida no, ou para, o Mato Grosso em diálogo com outras fontes escritas produzidas sobre contribuições africanas para o continente americano.
Palavras-chave: História, Brasil Colônia, Escravidão, Mineração, Tecnologia.

Abstract: This article aims to integrate the discussion about the space occupied by Africans and their descendants in the History of Brazil through a foray into the mining process occurred in Mato Grosso in 18th century. It corroborate in the thesis that more than manual labor, African knowledge participated in the construction process of Brazil through its technologies. It also contribute to the perception of the role of these social actors as historical subjects who had a much more effective role than is assigned to them. For this purpose, was carried out a document analysis produced in, or for, the Mato Grosso in dialogue with other written sources produced about the African contributions to the American continent.
Keywords: History, Colonial Brazil, Slavery, Mining, Technology.

Introdução

A ciência da história é construída através de "lembranças e esquecimentos". De forma consciente ou não, ao longo do tempo, os historiadores foram fazendo recortes no passado. Desses recortes foram sendo geradas resultantes históricas que foram levadas à sociedade através de livros didáticos, romances, documentários, filmes, através da oralidade, dentre outras formas. Nesse período da produção historiográfica foram sendo feitas escolhas de determinados atores, lugares e acontecimentos e outros foram deixados

de lado, ou ocupando papel de menor valor. Ainda que o Brasil tenha sido constituído através de muitos grupos de matrizes, americana, africana, europeia, ..., a historiografia privilegiou os europeus e seus descentes em detrimentos dos outros. Esse é o caso dos africanos. Ainda que tenham ocupado um papel quantitativo de extrema relevância, as suas contribuições qualitativas ainda não são suficientemente conhecidas. Estereótipos como religiões, culinária e estilos musicais ainda se colocam como sendo as contribuições desses grupos, para além, obviamente de seu trabalho braçal. No entanto, ao caminhar pelas fontes escritas de nossos arquivos nos deparamos com uma participação bem mais efetiva que a que comumente conhecemos. Nem sempre de forma explícita, muitas vezes nas entrelinhas ou pistas deixadas pelos escritos (CHALOUB, 1990), encontramos um sujeito histórico bem mais atuante e com participação para lá da conhecida pés e as mãos dos senhores de engenho como registrou o Padre Antonil (1982).

Esse artigo pretende contribuir com essa discussão através da análise documental sobre a mineração ocorrida no Mato Grosso do século XVIII e de como os africanos foram peças importantes nesse processo e de como o discurso dominante utilizou as práticas conhecidas como de magia e feitiçaria para desqualificar essa atuação.

O século XVIII viveu o desenvolvimento da mineração. Por boa parte desse período a extração de ouro e diamantes ocupou papel de destaque na economia colonial brasileira. Essa, foi uma atividade que contribuiu de forma significativa para dar uma nova feição à colônia, quer no que diz respeito a sua geografia, quer na política interna e externa realizada pela metrópole, quer em relação à composição de sua sociedade. A sua existência contribuiu de forma significativa na interiorização da colônia. Fez gravitar sobre suas áreas centrais de atuação, Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso, e boa parte dos espaços coloniais, como o novo papel de capital exercido pelo Rio de Janeiro ou o da porta norte do Centro-Oeste, cumprido pelo Grão-Pará. Produziu um deslocamento humano, interno e externo, nunca dantes visto no Brasil colonial. Gerou um volume de riquezas para alguns e desgraças para muitos. No entanto se essa atividade deixou “igrejas em Portugal” e contribui para a industrialização da Inglaterra, no Brasil ela deixou mais do que buracos como afirmou André João Antonil (1982).

A história da mineração é o resultado das tecnologias e conhecimentos extraídos das matrizes culturais africanas, americanas e européias. No Mato Grosso o processo não se fez de forma diferenciada do restante da colônia. Vale a pena lembrar que um dos primeiros, se não o primeiro, registro histórico sobre a mineração mato-grossense está associado ao

grupo étnico que vivia nessa província no setecentos: os coxiponé. É o que narra o memorialista Barbosa de Sá em sua Relação das Povoações do Cuiabá. Nela, consta que o bandeirante Pascoal Moreira que andava, em 1719, pela região que veio a ser conhecida como Cuiabá, apresou uns índios "com bastantes mostras de ouro em batoques e outros enfeites".

Consta desse mesmo documento que no início dessa ocupação os forasteiros encontraram muitas dificuldades. Eles

> [...] não sabiam pescar, nem caçar, nem o uso de toldar as canoas que tudo lhes apodrecia com as chuvas, nem o invento dos mosquiteiros para a defesa dos mosquitos que muitos anos ao depois é que foi a experiência e necessidade ensinando estas coisas pelo que padeceram os que escaparam da morte miséria sobre miséria (BARBOSA DE SÁ, 1975:13).

Nesses "muitos anos depois" merece ser acrescido o fato de que essa "experiência" adquirida a partir da necessidade foi o resultado de um diálogo de saberes entre as matrizes culturais dos habitantes dos três continentes que aqui conviveram e que o sucesso da interiorização colonial contou com saberes diversos desses grupos[1].

Em seu livro "Monções" Holanda destaca o papel da tecnologia indígena para a chegada até as regiões das minas do Mato Grosso. Ao se referir às dificuldades geográficas dos rios brasileiros ele escreve que "a tanto se opõem os obstáculos naturais de toda ordem e que só podem ser evitados mediante expedientes já em uso entre os antigos naturais da terra" (HOLANDA, 1976:23). Barbosa de Sá chama a atenção para o fato de que "à influência indígena, que também nesse particular foi decisiva, deve-se, por exemplo, o emprego, entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicada para os rios encachoeirados" (1975:13). Confrontando os saberes de indígenas e ibéricos sobre a navegação fluvial, Holanda esclarece que se "não se pode afirmar que os caminhos fluviais fossem os preferidos dos nossos sertanistas, a causa disso deve ligar-se, talvez, a certa incapacidade dos povos de origem ibérica para seu aproveitamento" (1976:24).

Ao lado de seus conhecimentos náuticos aparecem muitos outros. A geografia do Centro-Oeste, as possibilidades medicinais contidas na natureza, as técnicas de caça, pesca e coleta, fundamentais para a sobrevivência, o conhecimento das áreas habitadas por outros grupos indígenas, estratégias de guerra, dentre tantos outros conhecimentos, colocam as sociedades indígenas no centro da explicação do bandeirantismo e da mineração.

[1] A procedência do ouro não é esclarecida. Mas sendo o resultado de produção ou troca já fazia parte da cultura desse grupo.

Africanos e descendentes: Mais que os pés e as mãos dos senhores

Em relação ao africano o processo não se mostra diferente. Mais que "o pé e a mão do senhor de engenho" (ANTONIL, 1982:89), muitas das respostas às necessidades surgidas no processo da colonização são oriundas das matrizes culturais dos habitantes provindos desse continente. Esses conhecimentos não foram ignorados por aqueles que traficavam, utilizavam e conviviam com africanos e afrodescendentes no Brasil. Mais uma vez recorrendo ao Jesuíta Antonil é possível perceber distinções entre os tipos africanos. Em sua análise sobre a diversidade desses grupos ele descreve que

> [...] são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos há também alguns bastantemente industriosos e bons, não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio das casas (ANTONIL, 1982:159).

Ainda que utilizando de identificações diversas, - como boçais e ladinos, portos de embarques e grupos étnicos -, merece destaque a percepção das especificidades que são imputadas aos grupos. Adjetivos como "mais robustos", "mais capazes de aprender ofícios mecânicos", "mais industriosos" demonstram essa percepção das diferenças de aptidões entre os grupos[2].

Essas especificidades de determinados grupos étnicos encontram explicação em suas trajetórias históricas. Os saberes africanos foram fartamente utilizados no processo de expansão colonial português desde seus primórdios. Quando da ocupação das ilhas atlânticas, como São Tomé, as técnicas africanas solucionaram as dificuldades encontradas pelos portugueses. Silva afirma que

> [...] nelas, os primeiros povoadores começaram cultivando trigo, centeio e cevada. Não deu certo. Deixaram, então, que seus escravos usassem as técnicas africanas para plantar inhames, milhetes, feijões e bananas, e lhes ensinaram o cultivo da couve, do rábano, da beterraba da alface e do aipo. [...] As maiores extensões reservaram-se, porém, à cana-de-açúcar, que ali deu maravilhas (2002:319-320).

[2] Merece registro que muitos aspectos positivos ou negativos são imputados aos africanos por aqueles que tinham interesse de valoriza-los ou desvaloriza-los como o caso, para o XVIII, da rivalidade entre comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia. Ver: LARA, Silvia Hunold, Os Mina em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade, In: História e Fronteiras, XX Simpósio Nacional da ANPUH, (1999-Florianópolis). São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

Esse laboratório atlântico, desenvolvido por grupos africanos, acabou por se constituir nas bases da *plantation* que iria ser aplicada no Brasil e se tornaria a base da sua estrutura econômica. Não é de se estranhar que, como afirma, Thornton, "as habilidades especiais que os africanos possuíam favoreceram a escravidão negra em detrimento dos nativos americanos" (2004:196). Isso não quer dizer que as sociedades indígenas não possuíssem habilidades e não tenham contribuído no processo de colonização. Mas, algumas sociedades africanas possuíam conhecimentos que não eram desenvolvidos por parte das sociedades indígenas no início da colonização, que foram fartamente adotados pelos colonizadores europeus devido aos seus interesses.

Essas percepções não foram privilégios dos colonizadores da América portuguesa. Em *Hispaniola,* no século XVI os escravos que cuidavam do gado eram das regiões de Jalofo, Fula e Mandinga. Em Cabo Verde se preferia os da Senegâmbia para o trato com cavalo e gado. Na região da atual Venezuela os angolas eram utilizados como criadores de gado e os africanos da Costa do Ouro como pescadores de pérola (THORNTON, 2004, 196).

Retornando ao Brasil, é interessante realizar uma comparação entre os ciclos de escravos dos que aqui aportaram ao longo de quase quatro séculos, suas especificidades tecnológicas e os ciclos econômicos desenvolvidos nesses períodos. Concomitante aos ciclos temos grupos étnicos de determinadas regiões do Continente Africano que possuíam conhecimentos pertinentes com os ciclos. O primeiro movimento escravista, predominante no século XVI, foi o chamado "ciclo da guiné". Ele foi constituído majoritariamente por escravos sudaneses, localizados no Noroeste Africano. O segundo foi chamado "ciclo do Congo e de Angola" vigorando durante o século XVII e introduziu no Brasil o macrogrupo linguístico conhecido genericamente por "banto" [3] que ocupava boa parte do continente africano ao Sul da Linha do Equador. O terceiro ficou conhecido como "ciclo da Costa da Mina" [4], predominante na primeira metade do setecentos, e "ciclo da Baia de Benin", destacando-se a partir da metade do mesmo século. Nesse período novamente grupos

[3] Banto é "o termo português que designa um grande grupo de línguas e dialetos negro-africanos; e foi usado pela primeira vez em 1862, por Wilhelm Bleek, filólogo alemão, que o empregou para caracterizar aqueles falares nos quais a palavra que nomeia os seres humanos é sempre – com pouquíssimas variações – ban-tu (singular: mu-ntu) sendo ntu o radical e ba o prefixo plural". LOPES, Nei. **Novo dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 17).

[4] Segundo Lara "[...] 'os chamados 'mina' não são um grupo étnico e sim o resultado da reorganização de diferentes grupos étnicos procedentes da Costa da Mina que, a partir do século XV, em função da configuração do Império português, passam a ser assim designados. [...] Verger define Costa da Mina como a parte do golfo de Benin entre o rio Volta e Cotonu, distinguindo-a da Baia de Benin, que incluiria também a região a leste, até o 'rio Lagos [...]'. O nome deriva do fato de este litoral estar situado a sotavento do castelo de S. Jorge da Mina, uma das mais antigas fortalezas portuguesas no litoral africano, situada na região conhecida como Costa do Ouro. Correspondendo ao atual sudeste de Gana, Togo e República Popular do Benin e sudoeste da Nigéria, a região aparece na literatura de língua inglesa como Costa dos Escravos (1999: 10).

sudaneses, oriundos da Costa Ocidental prevaleceram. Durante o século XIX houve um último movimento escravista para o Brasil. Nele havia uma maior heterogeneidade étnica e de lugar de origem. Mas, mesmo assim, prevaleceram os africanos oriundos de Moçambique e Angola. Deve-se observar que nos dois primeiros ciclos e no quarto tivemos a predominância de escravos que tinham forte tradição em agricultura e pecuária. Já no terceiro ciclo, que tem como destaque a mineração, verificamos a presença mais expressiva de grupos que dominavam a metalurgia e a mineração[5].

Em relação aos interesses dos traficantes e senhores pelos escravos há diferenças históricas. Se os ciclos escravistas foram definidos, por um lado, pelos interesses de europeus e africanos, por outro lado, os interesses coloniais também representaram forças que influíram nas escolhas de praças e tipos de escravos. A existência de uma economia de mineração predominante na primeira metade do XVIII e agrícola no segundo contribuíram para a escolha de determinados escravos de determinadas regiões.

Em uma correspondência ao Conselho Ultramarino, no segundo quartel do XVIII, o então governador do Rio de Janeiro responde à sugestão do Rei em contratar negros angolas para a região das minas, em sua opinião, mais obedientes que os Mina. Discordando o governador, afirma que "Os negros mina são os de maior reputação para aquele trabalho [mineração], dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos" (LARA, 1989:681).

Por sua vez, Mattoso afirma que "do Congo e Angola vêm à Colônia os bantos da África equatorial e central, considerados excelentes agricultores" (MATOSO, 1982:22). Não é, portanto, coincidência que durante o século XVII e a segunda metade do XVIII, quando da dominação da economia agrícola os banto tenham sido maioria. De igual forma, enquanto na primeira metade do XVIII ocorria o auge do ciclo aurífero, a maior entrada tenha sido de negros da África Ocidental, genericamente chamados de Mina.

Em nenhum momento se pleiteia que esse conjunto de interesses foi o único elemento que explica a vinda das especificidades dos grupos africanos para o Brasil. Há que se ter em mente outros agentes como o das histórias internas dos grupos africanos (SILVA, 1992; 2002) e suas relações com a multiplicidade de interesses dos países europeus no comércio atlântico (ALENCASTRO, 2000). No entanto, a busca pela sintonia entre atividade econômica colonial brasileira e saberes dos grupos africanos é bastante clara em nossas fontes escritas.

[5] É importante ressaltar que a presença dos ciclos não significou uma exclusividade no tráfico de escravos. Durante a vigência dos ciclos, grupos não pertencentes às regiões mais exploradas no momento continuaram a vir para o Brasil. Ver: MATOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Em relação à travessia atlântica Thornton chama a atenção para o fato de que "a cultura africana não sobrevivia: ela estava chegando" e independente das "brutalidades da travessia transatlântica ou das condições de vida, os escravos não esqueceriam a língua nativa ou mudariam seus conceitos sobre beleza ou música". Indo além, afirma que os mesmos não abandonariam "seus alicerces ideológicos de religião e estética" (THORNTON, 2004:413). É importante que não se faça uma relação direta entre subjugação física e subjugação cultural. A história nos fornece casos que contribuem nessa reflexão. Como a dominação romana sobre os gregos (II a.C /IV a.C) e a forte presença da cultura grega no universo romano. A cultura africana aportou na América junto com os africanos e ela foi utilizada pelo conjunto da sociedade que aqui vivia a partir de interesses e necessidades.

É também verdade que os elementos culturais sofrem mudanças quando ocorre os contatos. O continente africano realiza uma dinâmica cultural, interna e externa, há muitos séculos (ILIFFE, 1995). Nesse caso ocorreu desde o início do século XV, entre as sociedades citadas, e durante os séculos vindouros, tanto no continente africano como no americano, através de um diálogo cultural.

As técnicas de mineração africana

Em relação ao papel de africanos e descendentes na construção e execução da empresa metalúrgica colonial as opiniões são plurais. Calógeras afirma que

> Não exagera quem disser que, sob a direção dos brancos, eles [africanos] realizaram todo o trabalho material e os esforços preciosos para criar e construir o Brasil. Em um caso, mesmo, foram guias dos brasileiros: seu é o mérito da primeira indústria de preparo direto do ferro, nas forjas rudimentares de Minas Gerais, fruto natural da ciência prática infusa nesses metalurgistas natos que são os africanos (CALÓGERAS, 2009:33-34).

Capistrano de Abreu fortalece a tese acima baseado nos escritos de um mineralogista do século XVIII. Em "Capítulos de História Colonial" registra: que "o ouro, passado o alboroto primitivo, quase só ocupava faiscadores. A mineração de ferro, aprendida de africanos, segundo informa Eschwege pouco deu de si pelo atraso dos processos e sobretudo pela ausência de lenha, devastada cruelmente (ABREU, 2008:205).

Freyre chama a atenção para alguns estudiosos do século XIX que registraram essas contribuições. Segundo ele "Eschwege salienta que a mineração do ferro no Brasil foi

aprendida dos africanos". Max Schmidt teria apontado "o trabalho de metais e a criação de gado". (Casa Grande e Senzala, s/d:330)

Silva, engrossando essa tese, escreve que

> A vinda, em números crescentes, de escravaria africana propiciaria o surgimento e a prosperidade da indústria açucareira, das plantações de fumo e de algodão e das grandes lavouras de café, assim como permitiria que se expandissem a pecuária e o extrativismo mineral – dois ramos de atividades em que os africanos foram mestres de quase todos povoadores, pois transplantaram para o Brasil experiências de trabalho em área e geografia semelhante e conhecimentos técnicos ignorados por seus senhores. Pandiá Calógeras, por exemplo, ressalta ser dos africanos "o mérito da primeira indústria de preparo direto de ferro, nas forjas rudimentares de Minas Gerais". E, Aires da Mata Machado Filho demonstra a importância do negro na mineração do diamante e no povoamento das áreas em que ela se deu. (2003, p. 21).

Sergio Buarque de Holanda, discordando dos autores acima, escreve que não era crível "[...] que os pretos introduzidos no Brasil pelo tráfico tivessem sido portadores de técnicas, mesmo primitivas, de mineração, já que as ignoravam em suas terras de origem. Para tanto estariam menos aparelhados do que os próprios portugueses" (1968:241). Em relação ao contato dos europeus com os africanos o autor afirma que os praticantes da mineração realizavam um "comércio mudo", escondendo seus conhecimentos dos "próprios caravaneiros" (Idem: 230). No entanto, é o mesmo autor que insere, em forma de anexo ao livro "Monções", uma memória de José Manuel de Sequeira em que o mesmo reconhece, como será visto mais adiante, o papel dos escravos na tecnologia de mineração no Brasil (HOLANDA, 1976:136-143).

A mineração em Mato Grosso

A migração para a região do Mato Grosso, entre os anos 1719/1830, foi contemporânea aos dois últimos ciclos escravistas. Em relação a eles Matoso escreve que

> O terceiro ciclo é o da Costa da Mina, em que interessam novamente os negros sudaneses, dominando todo o século XVIII. A partir de meados desse século, o ciclo se desdobra para dar surgimento a um outro ciclo propriamente baiano, o da baía de Benin, junto com o tráfico ilegal que se desenvolve a partir das proibições impostas pela Inglaterra após 1830. O século XIX brasileiro vê chegar escravos das mais diversas procedências, porém com nítida predominância de negros de Angola e Moçambique, então possessões portuguesas (MATOSO, 1982:23).

Assis afirma que a presença do africano e afrodescendente na região de Mato Grosso, minimamente "teve início com as atividades mineradoras, começadas a partir de 1719" (ASSIS, 1988:22). Ao descrever a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, Barbosa de

Sá registra que ela foi feita "as suas custas com grandes percas e riscos em serviço de Sua Real Majestade e como de feito tem perdido oito homens brancos, fora os negros" (1975:11). [6]

No ano de 1722, enquanto o Capitão Jacinto Barbosa Lopes construía a Igreja do Senhor do Bom Jesus do Cuiabá, "levantaram os pretos uma capelinha a São Benedito" (BARBOSA DE SÀ, 1975:11). A ligação histórica entre africanos e afrodescendentes com o Santo permite afirmar, com alguma segurança, que o termo preto teria sido aqui usado como escravo africano[7].

Desde então, a presença de africanos e afrodescendentes tornou-se marcante e, muitas vezes, predominante na região[8]. Segundo o "Mapeamento da população Escrava" entraram na Capitania do Mato Grosso, entre os anos de 1720 e 1772, 15.380 escravos.

Tabela 1 - Entrada de escravos em Mato Grosso 1720-1772

ANO	QUANTIDADE	MÉDIA/ANO
1720-1750	10.775	359,1
1751-1764	3051	217,9
1765-1768	843	210,7
1769-1772	1711	427,7
TOTAL	15.380	303,8

Fonte: população da Capitania de Mato Grosso em 1800. Revista do IHGB, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1865.

Esse afluxo de escravos deveu-se a diversos fatores. Na primeira metade do XVIII essa mão-de-obra foi absorvida pela mineração, montagem da máquina administrativa, engenhos de cana-de-açúcar e criação de gado. Já na segunda metade contribuíram para o seu uso a construção de Vila Bela, a proliferação de engenhos, para o fim, oficialmente, da escravidão indígena, e a construção de fortes visando garantir as fronteiras (ASSIS, 1988:40).

Em 1800 Mato Grosso possuía uma população de 25.821 pessoas, sendo que 11.190 eram escravas.

[6] Os termos negros e escravos muitas vezes foram usados nos documentos indistintamente para designar índios, africanos e afrodescendentes. Isto dificulta a identificação dos grupos na história mato-grossense. No entanto, algumas situações nos permitem perceber a presença distinta dos mesmos, sugerindo uma presença africana e afrodescendente ainda na década de 1720.
[7] Karasch afirma que "embora 'negro' e 'preto' servissem às vezes para os negros brasileiros, esses termos eram usados com maior probabilidade em relação a africanos". KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.
[8] Sobre a História Colonial de Mato grosso Ver: ROSA & JESUS, 2003.

Tabela 2 – População do Mato Grosso em 1800

	Pretos	Pardos	Brancos	Totais
Escravos	10.954	956	- - -	11.910
Livres	3.319	6.350	4.242	13.911
Totais				25.821

Fonte: População da Capitania de Mato Grosso em 1800. *Revista do IHGB*, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1865.

Os dados possibilitam verificarmos que a população branca era constituída de apenas 16,42% da população. Do restante, 83,58%, 46,12% eram de pretos e pardos; escravos ou livres.

Em 1815, apesar de algumas modificações, a população irá permanecer predominantemente não branca.

Tabela 3 – População do Mato Grosso em 1800 e 1815

Ano	Escravos			Livres				Totais
	Pretos	Pardos	Total	Pretos	Brancos	Pardos	Total	
1800	10.954	956	11.910	3.319	4.242	6.350	13.911	25.821
1815	9.319	1.569	10.888	2.656	5.813	7.908	16.377	27265

Fonte: Mapa da população da Capitania de Mato Grosso – 1815. RIHGB, 1957.

Ainda que a população escrava tenha sido reduzida em 8,6% permaneceu sendo quase 40% da população. Se somarmos a esse grupo os pardos e pretos livres chegaremos a um total de, aproximadamente, 79%. Esses quadros demográficos demonstram que a presença de africanos e afrodescendentes foi majoritária ao longo de todo o século XVIII e parte do XIX.

Feita a constatação de que a população do complexo urbano-industrial mato-grossense, é composta majoritariamente de africanos e afrodescendentes[9], é necessário definir os locais de origem dos africanos que compuseram os grupos que habitaram o Mato Grosso do XVIII. Se a documentação em relação aos indígenas, africanos e afrodescendentes gera dúvidas, a especificidade étnica se apresenta com maiores lacunas.

Os estudos realizados até o momento tendem a ver a predominância no Mato Grosso de africanos do macro-grupo banto. Em pesquisa sobre Vila Bela, Bandeira escreve que "genericamente pode-se identificar a influência banto como marca fundamental dominante em muitas práticas culturais da comunidade" (BANDEIRA, 1988:73). O

[9] Para tal análise estatística não foram consideradas as sociedades indígenas que viviam fora do complexo urbano-rural do Mato Grosso para esse período.

pesquisador Carlos Rosa, corroborando com a tese, afirma que "a predominância banto em Mato Grosso tem sido afirmada a partir de trabalhos antropológicos e ultimamente alguns levantamentos documentais têm preliminarmente confirmado essas afirmações, no longo prazo" (ROSA, 1996:214).

No entanto, a presença sudanesa também se faz presente ao lado da banto. Nunes Dias, ao pesquisar a Companhia Geral do Grão-Pará, aponta que africanos da Costa da África, oriundos de Bissau, Angola, Cabo Verde e Cacheu, serviram ao comércio que abastecia pelo Norte o Mato Grosso entre os anos de 1755-1778 (1970:161-164). Bandeira confirma essa procedência e a especifica ainda mais. Segundo ela "os dados disponíveis permitem indicar Guiné[10] e Angola como os locais africanos de maior procedência dos escravos de Vila Bela" (1988:73).

Rosa, dando um passo além nessa discussão afirma que

> Com os dados disponíveis até o momento, é possível supor que a predominância de uma ou outra matriz étnico-linguística variou nos micro-espaços da capitania (freguesias, paróquias, vilas, arraiais, propriedades rurais, quilombos) e no tempo. Dados extraídos de testamentos, no período de 1773-1783, por exemplo, indicam predomínio de africanos sobre crioulos-caburés-mulatos-pardos e, entre os africanos, predomínio de sudaneses sobre bantos, particularmente de Mina (e poucos nagôs). Por ora parece clara a coexistência de plantéis sudaneses e bantos (1996:214).

É possível perceber a preferência por determinados grupos, em detrimento de outros, de acordo com as atividades praticadas. Como vimos acima, Lara aponta a preferência dos mineradores em obterem negros mina, enquanto Mattoso chama a atenção para a qualidade dos congo-angolanos em relação à agricultura.

Os dados acima permitem confirmar que a entrada de africanos no Mato Grosso esteve coerente com os ciclos apresentados por Mattoso. Esses escravos foram oriundos ou descendentes, majoritariamente, de grupos embarcados em portos da Costa da Mina, Baia do Benin e Angola, oriundos do tráfico africano que envolvia essas regiões no XVIII e XIX.

[10]Segundo Lara "inicialmente o nome utilizado pelos portugueses para designar as primeiras 'terras de negros' conquistadas em meados do século XV (correspondendo à costa ocidental do atual Senegal). Já em 1485, a Guiné deixava de ser 'coisa muito pequena e de pouca estima' para ser incorporada aos demais outros títulos ostentados pelos monarcas portugueses. Então, ser 'senhor de Guiné' significava dominar toda a costa africana ao sul do Saara, até a região de Angola, descoberta por Diogo Cão em 1482. Mesmo com a continuidade das descobertas e a passagem pelo Cabo da Boa Esperança, a palavra continuou a ser empregada até o século XVIII designando ora as terras mencionadas por Zurara (atuais Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné) ora quase toda a costa atlântica do continente" **Op. cit.;** p. 3.

A preferência por determinados grupos étnicos para o trabalho das minas é apresentada em documentos. Em carta ao Governador do Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho[11] é explicado que

> [...] também não há de haver dúvida a remeter a Companhia maior quantidade de escravos a fim de poderem conduzir as canoas e passá-las nas cachoeiras e ultimamente cultivarem as Minas, desse Continente; e sem embargo dos escravos da Guiné chegarem aos tempos das Carneiradas daquele país, com tudo, não deixaremos de fazer aviso para que venha alguma embarcação mais cedo [...], enquanto ao preço de 115$000 réis por cada escravo da primeira escolha e daquelas nações Cachéu e Cabo Verde, estamos certos que nenhum negociante os meterá nesse Continente por preço mais acomodado atendendo a nação que depois dos escravos Mina em tudo preferem aqueles aos Angolas e Benguelas que é gente muito mais inferior, e de menos estimação[12].

A hierarquia é clara. Em primeiro lugar os escravos Mina. Em um segundo grupo os Cacheu e Cabo Verde. Por último os "muito mais inferior[es], e de menos estimação" Angola e Benguela. Ainda que tenha que se pensar em vetores plurais para as escolhas dos escravos, como a relação das praças mercantis e os compradores, as conjunturas históricas dos grupos africanos fornecedores de escravos aos europeus, elas também se davam pelos conhecimentos que os escravos poderiam fornecer aos seus senhores em determinadas atividades econômicas.

É bem possível que um dos fatores dessa preferência pelos Mina no processo da mineração vem de sua ligação histórica com essa atividade econômica. A nomenclatura Mina já é em si parte da ligação desses grupos com a mineração. Os escravos que recebiam esse nome faziam parte de grupos étnicos que habitavam a Costa da Mina. Apesar da imprecisão geográfica dos limites dessa região, parte dela era conhecida como o País dos Acãs. Segundo Silva quando os portugueses chegaram nessa região eles "colocavam os pés na borda da região aurífera mais rica da África Ocidental" (SILVA, 2002:197). O domínio dessa tecnologia antecedia em alguns séculos ao da chegada dos europeus.

E, também é fato, elas foram transportadas para o Brasil. E o reconhecimento desse aprendizado é explícito para muitos viventes do século dezoito. É o que se pode perceber em uma memória escrita por um especialista em Ciências Naturais[13], José Manoel de Sequeira, em 1802. Nela são descritas cinco formas de extração do ouro realizadas nas regiões das minas – Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. "As minas do ouro desde a sua origem não conhecem outros instrumentos para a escavação e exercício de minerar senão

[11] Governador da Capitania de Mato Grosso entre os anos de 1769 a 1772.
[12] Carta a Luís Pinto de Souza Coutinho. Mss.; Avulsos, Pará, 4-6-1769, doc. 14, Lata 1769, APMT.
[13] Professor Real da Filosofia Racional e Moral da Vila do Cuiabá, Acadêmico da Real Academia das Ciências de Lisboa. Sobre o autor ver: **Revista do IHGB**, v. 203, p. 95, abr./ jun., 1949.

alabanca, almocrafe, batea, carumbé e proximamente marreta" (In: HOLANDA, 1976:138). A partir desses instrumentos se desenvolvem cinco métodos de extração do ouro e diamantes.

Após findar a descrição ele afirma:

> Tenho exposto métodos que conheço se praticam nas Minas do ouro, e também não duvido afirmar que são os mesmos que nos ensinaram os pretos da Costa do Ouro e os mesmos que se praticaram há 100 anos a esta parte de forma que hoje o conhecimento maior ou menor do mineiro consiste na melhor ou pior disposição do serviço [...] (Idem:133-134).

A Costa do Ouro, à qual se refere Sequeira, é o berço dos grupos identificados no Brasil como Mina. Mariza de Carvalho Soares escreve, em relação aos Mina, que eles "não são um grupo étnico e sim o resultado da reorganização de diferentes grupos étnicos procedentes da Costa da Mina que, a partir do século XV, em função da configuração do Império português, passam a ser assim designados" (1999:689). Segundo Lara

> De todos os lados do Atlântico, a diferença entre os reinos litorâneos da Costa da Mina era bem conhecida e as rivalidades entre eles bastante exploradas por portugueses e baianos que comerciavam naquela região. De um certo ponto de vista, a denominação *mina* remete a uma unidade dada mais pelo tráfico que por elementos étnicos ou políticos propriamente africanos. Por outro lado, apesar de aquela costa abrigar vários povos e estados independentes e presenciar conflitos constantes, há uma proximidade cultural e lingüística entre eles (1999:681).

Thornton identifica trinta e oito Estados Acãs (2004:20-22), o que demonstra uma diversidade política. No entanto afirma que "a Baixa Guiné era mais homogênea linguisticamente do que a Alta Guiné, pois todos os povos falavam línguas da família Kwa", ainda que a "sua ramificação mais a oeste, acã, é bem diferente de sua divisão mais ao leste, Igbo" (Idem:260).

Apesar de afirmar que a tecnologia utilizada na região das Minas é oriunda dos "pretos da Costa do Ouro" ele chama a atenção para a sua pouca eficiência e hierarquiza o conhecimento das três grandes regiões mineradoras do Brasil no século XVIII e início do XIX. Siqueira explica que

> [...] apesar da mornidão que reina em todas as Minas, eu deverei consinar [sic], que o mais ignorante da Capitania das Minas Gerais, mais sabe dirigir um serviço do que o mais entendido minerador da Capitania dos Guayazes, assim como o mais ignorante desta tem mais conhecimento do que o mais entendido da arte de minerar da Capitania de Mato Grosso; porque os mineiros destas últimas Minas encontram mais abundancia de ouro, ou de mais fácil extração do que os mineradores das Minas Gerais, não se cansam ou trabalham em facilitar o serviço, e nem lembram de alguma indústria com que em menos tempo façam o mesmo que com dobrado fariam, e talvez com menos braços (In: HOLANDA, 1976:139).

A falta de uso de novas tecnologias é apresentada como um motivo da decadência da mineração. Como solução ele propõe uma nova técnica para a "socavação e desmontação".

É interessante perceber que a identificação Mina, tão presente no Brasil do XVIII, é uma nomenclatura construída mais na relação do tráfico atlântico do que de uma especificidade africana. Mais uma vez ocorre uma reorganização dos grupos, assumindo novas identidades e formando novos grupos ou nações.

Retornando a carta do governador do Rio de Janeiro para o Conselho Ultramarino, há que se observar que ele atribui os dotes dos mina à uma análise dos próprios proprietários de escravos das minas. No entanto, se for dada continuidade a leitura de sua carta se observará que ele dá ao fato uma outra interpretação.

> Os negros mina são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos, mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros e tem introduzido o diabo que só eles descobrem ouro e pela mesma causa não há mineiro que possa viver sem uma negra mina, dizendo que só com elas têm fortuna; mas para evitar as sublevações que se temem não me ocorre meio mais eficaz que o mesmo que mostrou a experiência no caso presente, remediando-se aquela sublevação com as diferenças das nações.[14]

No seu entendimento os mina não haviam desenvolvido a sua reputação por possuírem conhecimentos tecnológicos que lhes capacitassem à mineração. Seu êxito na empreitada se devia a serem "feiticeiros e tem introduzido o diabo que só eles descobrem ouro". Esse discurso apresenta o escamotear de conhecimentos tecnológicos sob a égide do feitiço.

Apesar de não ter sido encontrado na documentação referente ao mato Grosso uma forma tão explícita de escamoteamento de conhecimentos, merece destaque que em todas as referências aos feiticeiros contidas na Visita Pastoral de Bruno Pina em 1785 ao Mato Grosso, apenas uma identidade é registrada. Ela ocorre na denúncia de Antônio Mina. A trama é desvelada a partir da denúncia de João Pedroso de Almeida, branco, que revela à mesa do visitador[15] que Antônio "é feiticeiro, e que com seus malefícios danificara outro escravo do mesmo Alferes chamado Joze" (DVGCEC, 1785, p. 16). Ao ser chamado como testemunha referida Antônio, de alcunha Orinol, também é identificado pela mesa. Como "preto Angola". Em seu depoimento ele confirma a denúncia anterior dizendo que "é verdade

[14] "Carta do Governador do Rio de Janeiro ao Rei de 5 de julho de 1726", Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 50 (1929), p. 60-61. Ver também "Parecer do Conselho Ultramarino de 18 de setembro de 1728", Documentos Históricos, 94 (1951), p. 28-30.

[15] DVGCEC - Devassa da Visita Geral da Comarca Eclesiástica de Cuiabá. (1785), Visitador Bruno Pina, Série Visitas Pastorais, Notação VP3, (transcrição datilografada), Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

que seu parceiro Joze de nação benguela, estava por vezes enfermo deitando pela boca várias coisas como agulhas, e outras imundícies, e que ele testemunha, e que o mesmo danificado se queixara do negro Antônio mina"[16].

Não se pretende dizer que africanos e descentes não desenvolviam práticas nomeadas de magia e feitiçaria e nem que elas não cumpriram finalidades variadas no Brasil colônia.

> Algumas delas se apresentavam de forma mais explícita nos documentos, como as buscas de soluções às doenças – do corpo e da alma –; luta contra as injustiças – de senhores, de instituições públicas, de desafetos, de parceiros -; de questões ligadas ao amor; na busca de melhores condições econômicas e sociais, dentre outras (SÁ JUNIOR, 2008:268).

No entanto, elas serviram a outras finalidades que extrapolavam ao papel acima apresentado. Elas são frutos de uma abordagem onde mais que explicar o outro, buscava produzir subsídios que corroborassem na manutenção do status quo vigente. São leituras contorcidas, intencionalmente ou não, que reforçavam a lógica da estrutura colonial escravista. Onde o mundo da ordem desqualifica elementos das culturas americanas e africanas transportando-as para o campo do ridículo, do exótico, do demoníaco, descaracterizando suas contribuições em áreas da saúde, da tecnologia agrícola, pecuarista, mineradora, náutica, geográfica, para citar apenas algumas.

As interpretações sobre essas práticas irão transitar, sem que isso se faça de forma estática ou maniqueísta, entre esses dois extremos. Em um lado, com propósitos mais explícitos, em sua maior parte instrumentos de atacar, defender ou transformar, ainda que parcialmente, a sociedade colonial. No outro, elas serviram para encobrir, escamotear, disfarçar e, principalmente, desqualificar, as contribuições ofertadas pelas sociedades africanas, americanas e europeias, que não estivessem contidas na elite dominante.

Imputar conhecimentos a esses grupos seria reconhecer suas capacidades. E, o não reconhecimento contribuiu para retirar qualidades humanas desses grupos, ou colocá-los em um patamar inferior. É possível verificarmos essa lógica na carta do Governador do Rio de Janeiro ao Conselho Ultramarino no ano de 1726. As qualidades de mineradores foram substituídas pela de feiticeiros desqualificando o saber desse grupo. Ao inserir essas práticas no rol da magia e da feitiçaria, se fornecia um elemento a mais para a construção de uma lógica explicativa que contribuísse para a manutenção da sociedade colonial escravista.

No entanto, isso não quer dizer que os conhecimentos que africanos e descendentes possuíam foram rejeitados por essa sociedade. Escamoteados ou não identificados no

[16]Idem. p. 105.

campo dos saberes, eles foram fartamente utilizados como respostas aos desafios que se colocavam à frente da sociedade brasileira. As tecnologias africanas e americanas foram colocadas à disposição daqueles que viviam no Brasil colônia, lado a lado com as europeias. Sem a constatação da utilização desses conhecimentos fica mais difícil compreender as resultantes de nosso processo histórico.

Considerações finais

Como afirma Le Goof

> Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desse mecanismo de manipulação da memória coletiva (1996:426).

Contribuir no processo de desnudar, reposicionar, renomear e, por fim, dar autoria aos produtores dos saberes que contribuíram nesse processo traz um pouco mais de lume às resultantes históricas desse período. Se não cabe ao branco o título de herói da colonização mato-grossense, menos ainda cabe ao restante da sociedade o lugar do esquecimento. Os documentos demonstram que mais que sujeitos e objetos históricos, brancos, negros e índios, americanos, africanos e europeus, foram companheiros. Não companheiros no sentido de ocuparem o mesmo espaço social nessa empreitada. Não há como deixar de lado a horrenda história da escravidão e do genocídio que muitos grupos sofreram. Mas foram companheiros porque, muitas vezes no cotidiano, compartilharam dos mesmos desafios. Por vezes respostas diferentes foram fornecidas. Por outras elas se aproximaram visando a solução às questões da vida. Como os que atravessaram o atlântico, aqueles que fizeram parte da história da construção do Mato Grosso foram companheiros. Muitas vezes, como os escravos oriundos da rota atlântica, foram companheiros compulsórios. Em muitos momentos sem o direito de escolhas. Mas... companheiros.

Ainda que seja possível falar de práticas mágico-religiosas que faziam parte da cultura de europeus, africanos e americanos, muitas vezes elas foram usadas para desqualificar saberes dos grupos dominados. Conhecimentos náuticos, geográfico, farmacológicos, médicos, tecnológicos etc. muitas vezes foram apontados como sendo obtidos com auxílios mágicos, de preferência com o auxílio das forças das trevas do imaginário cristão. No entanto, com certeza, é possível afirmar que africanos e descentes foram bem mais que as mãos e os pés dos senhores de engenho.

Referências

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos da História Colonial**. Brasília, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Tráfico dos Viventes**: a formação do Brasil no. Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, João André. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, [1711]1982.

ASSIS, Edvaldo de. **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT-NDIHR / Imprensa Universitária, 1988

BARBOSA DE SÁ, Joseph. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios ate os presentes tempos**. Cuiabá: EdUFMT, 1975.

BANDEIRA, Maria de Lurdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009 [1930].

CHALOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma historia das ultimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. I.

DVGCEC - **Devassa da Visita Geral da Comarca Eclesiástica de Cuiabá**. (1785), Visitador Bruno Pina, Série Visitas Pastorais, Notação VP3, (transcrição datilografada), Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

FREYRE, Gilberto. **Casagrande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A mineração: antecedentes luso-brasileiros" e "Metais e pedras preciosas". In: **História Geral da Civilização Brasileira**, org. Sérgio Buarque de Holanda, 2ª ed., Tomo I, Vol. II, Livro IV, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

ILIFFE, John. Os africanos: historia de um continente. Lisboa: Terramar, 1995.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold, Os Mina em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade, In: **História e Fronteiras**, XX Simpósio Nacional da ANPUH, (1999-Florianópolis). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, Nei. **Novo dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MATOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá**: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. & JESUS, Nauk Maria de. **A terra da conquista**: Historia de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

SÁ JUNIOR, Mario Teixeira de. **Malungos do sertão**: cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista. 2008. 319 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual

Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103179>.

SILVA, Alberto da Costa e**. A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. Rio 'de Janeiro: Nova Fronteira: São Paulo, EDUSP, 1992.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o limbambo**: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. - Os mina em Minas: tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. In: E. Nodari, J. M. Pedro e Z. M. G. Iokoi (orgs) - Historia: Fronteiras. **Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH**. S. Paulo: ANPUH / Humanitas, 1999, vol. 2.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**: 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Recebido: 21/01/2016
Aprovado: 16/05/2016